



MENSAGEM Nº 003/2025

Ref.: Projeto de Lei Complementar nº 003/2025

Assunto: Revoga artigo do Código Tributário Municipal.

Senhor Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as)

Encaminho para apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores o incluso Projeto de Lei revoga o artigo 463 do Código Tributário Municipal, o qual condiciona o parcelamento de débitos tributários que estão ajuizados ao pagamento antecipado de honorários advocatícios.

A proposta tem por objetivo ampliar as possibilidades de regularização fiscal dos contribuintes, removendo um obstáculo que, na prática, tem dificultado a adesão aos programas de parcelamento e, conseqüentemente, comprometido a efetividade da recuperação de créditos municipais.

Atualmente, o referido dispositivo impõe o pagamento prévio e integral dos honorários advocatícios como condição indispensável para o parcelamento, mesmo quando este é buscado administrativamente. Tal exigência acaba por onerar excessivamente o contribuinte e reduzir o alcance das medidas de cobrança administrativa e judicial, contrariando o princípio da razoabilidade e os objetivos de uma gestão fiscal eficiente e humanizada.

Com a revogação proposta, o Município busca facilitar a quitação dos débitos tributários de forma mais justa e acessível, garantindo meios menos gravosos de recuperação de crédito e estimulando a adesão espontânea dos contribuintes à regularização de suas obrigações fiscais.

Trata-se, portanto, de medida de justiça fiscal e de atenção ao cidadão, que reforça o compromisso desta Administração com a modernização dos instrumentos de cobrança, o equilíbrio das contas públicas e a promoção de um ambiente de maior confiança entre o contribuinte e o Município.

Em consulta aos municípios de Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville e Florianópolis, verificou-se que esta é prática adotada, o que coaduna, portanto, com o objetivo da alteração, que é a modernização e rompimento de obstáculos.

Diante do exposto, conto com o apoio dessa Casa Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei, certo de que sua implementação resultará em benefícios concretos tanto à administração tributária quanto à comunidade são-bentense.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2025.


ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito


LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo


MAIANE F. DE MIRANDA
Assessora Jurídica



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 29 DE OUTUBRO DE 2025.

REVOGA DISPOSIÇÃO DA LEI Nº 140, DE
22 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PREFEITO

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o artigo 463 e seu parágrafo único da Lei nº140, de 22 de dezembro de 1997 – Código Tributário Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de outubro de 2025.


ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO
Prefeito


LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo


MAIANE F. DE MIRANDA
Assessora Jurídica